

ESTADO DO RÍO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER FAVORÁVEL Nº 3982/2023

REFERÊNCIA: EMENDA ADITIVA - PROCESSO N. 2729/2023

RELATOR: LÉO FRANÇA

Ementa: Emenda Aditiva ao Projeto de Lei GP 190- CMP 2130/2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em consonância com os dispositivos elencados no art. 52, §1º, inciso I, II e III do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis, segue o parecer:

I - RELATÓRIO:

Trata-se de Emenda Aditiva ao Projeto de Lei GP 190/2023 – CMP 2130/2023, de autoria da Ilma. Vereadora Gilda Beatriz, que visa acrescentar ao §1º do ART. 2º que dispõe sobre as Leis de Diretrizes Orçamentária para o exercício Financeiro de 2024.

Inicialmente, cumpre ressaltar as competências da Comissão de Finanças e Orçamento, conforme disposto pelo Art.35, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Petrópolis:

- Art. 35. Constituem campos temáticos ou áreas específicas de atividades de cada Comissão Permanente:
- II Da Comissão Finanças e Orçamento:
- a) aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;
- b) elaboração da redação final do Projeto de Lei Orçamentária;
- c) exame e parecer sobre projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos adicionais e sobre as Contas apresentadas anualmente com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado, coordenando as demais Comissões Permanentes, que funcionam como Subcomissões no exame dessas matérias;
- d) tomada de Contas do Prefeito Municipal, na forma do inciso XI do art. 38 da Lei Orgânica do Município;
- e) acompanhamento e fiscalização orçamentária diante de indícios de despesas não autorizadas, na forma do que consta do art. 124 da Constituição Estadual e seus parágrafos
- f) fixação de subsídio dos membros da Câmara Municipal, do Prefeito e Vice-Prefeito,na forma dos incisos V e VIdo art. 29 da Constituição Federal, e observado o que dispõe o art. 128 deste regimento.
- g) proposições que fixem ou reajustem os vencimentos do Funcionalismo da Prefeitura e da Câmara;
- h) exame e emissão de parecer sobre todas as proposições que, direta ou indiretamente, representem mutação patrimonial do Município;
- i) opinar sobre a oportunidade ou conveniência da matéria proposta.

Com base nas competências atribuídas à Comissão Finanças e Orçamento:

Página: 1

II - VOTO:

Justifica o autor:

"A implementação de políticas voltadas para as mulheres é fundamental para promover a igualdade e o respeito à diversidade em todas as esferas da sociedade visando atender aos anseios da luta feminina, especialmente o enfrentamento de todas as formas de violência contra elas. Tais políticas devem garantir a equidade, a autonomia, a igualdade no mundo do trabalho e a inclusão social".

III - PARECER DAS COMISSÕES:

A Comissão Permanente de Comissão Finanças e Orçamento (vice-presidentel) manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação desta proposição.

Sala das Comissões em 27 de Junho de 2023

LÉO FRANÇA Vice - Presidente

MARCELO LESSA Vogal

Página: 1